

IRPF

Ampliação da Isenção e Tributação Mínima de **Altas Rendas**

Receita Federal do Brasil

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

IRPF

Tributação hoje é **injusta**



Trabalhadores pagam
mais IR sobre seus
rendimentos em
comparação com a alta
renda



**Professor de
ensino médio:**
9,6%



Jornalista:
9,0%



Motorista:
2,2%



**Policial
militar:**
9,8%



Bancária:
7,2%



**Técnico
informática:**
7,4%

Alta renda abrangida
pelo **Projeto de lei**



**Alíquota efetiva de
apenas 2,54%**

*Alíquota efetiva dos profissionais:
média aproximada – ano calendário 2022*

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRAVIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



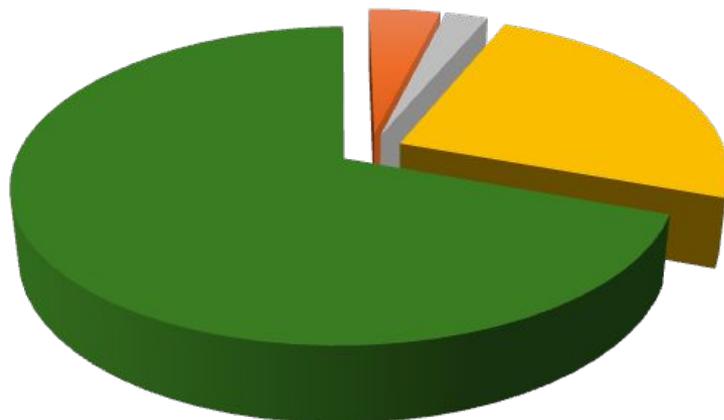
IRPF

Tributação
hoje é **injusta**



RENDIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA:

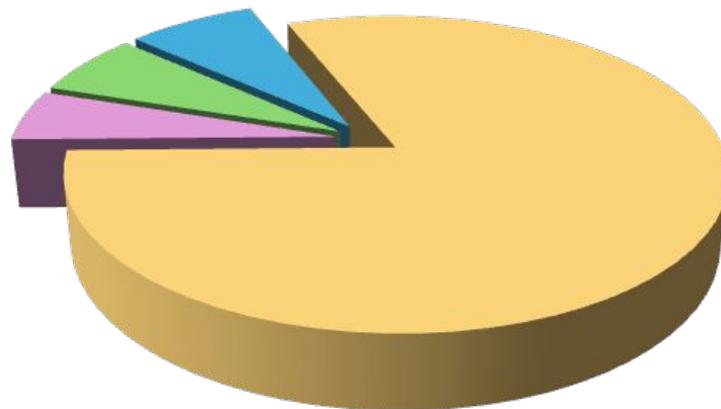
- 69,18% é de trabalho tributado com alíquotas de até 27,5%



■ Trabalho ■ Aplicações Financeiras
■ Outros tributados ■ Isentos

RENDIMENTO DA ALTA RENDA (0,06%):

- 80,73% são rendimentos isentos
- 5,27% apenas é de trabalho tributado



■ Trabalho ■ Aplicações Financeiras
■ Outros tributados ■ Isentos

Muito já foi feito em 2023 e 2024

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



| DATA | ISENÇÃO NA TABELA MENSAL DO IRPF | RENDA MENSAL ISENTA DE FATO | AUMENTO CUMULADO |
|-------------|---|--|---------------------|
| 2015 a 2022 | R\$ 1.903,98 | R\$ 1.903,98 | -57,75% |
| 2023 | R\$ 2.112,00 + desconto opcional de R\$ 528,00 | R\$ 2.640,00 (= 2 s.m.) | 38,65% |
| 2024 | R\$ 2.259,20 + desconto opcional de R\$ 564,80 | R\$ 2.824,00 (= 2 s.m.) | 48,32% |
| 2025* | R\$ 2.428,80 + desconto opcional de R\$ 607,20 | R\$ 3.036,00 (= 2 s.m.) | 59,45% |
| Jan-2026 | R\$ 2.428,80 + desconto opcional de R\$ 607,20 + desconto variável para zerar IR até a renda de R\$ 5 mil + desconto variável decrescente começando em R\$ 5.000,01 e zerando em R\$ 7.000,00 | R\$ 5.000,00 (total) até R\$ 7.000,00 (parcial) | 162,60% |

* Ajuste a ser feito ainda em 2025

Como será em 2026 com a aprovação do PL

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



| Data | Isenção do IRPF | Tributação por faixa de rendimento mensal |
|----------|---|--|
| Jan-2026 | <p>R\$ 2.428,80 + desconto opcional de R\$ 607,20</p> <p>+ desconto variável para zerar IR até a renda de R\$ 5 mil</p> <p>+ desconto variável decrescente começando em R\$ 5.000,01 e zerando em R\$ 7.000,00</p> | <p>Até R\$ 5.000,00: isenção total</p> <p>De R\$ 5 mil até 7 mil: isenção parcial</p> <p>Acima de R\$ 7 mil: aplicação da tabela progressiva normalmente</p> |



MOTORISTA

Salário: R\$ 3.650,66

Isenção total



PROFESSORA

Salário: R\$ 4.867,77

Isenção total



PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Rendimento mês:
R\$ 5.450,00

Isenção parcial



ENFERMEIRA

Salário: R\$ 6.260,00

Isenção parcial



ENGENHEIRA

Salário: R\$ 12 mil

Tabela normal

Como será em 2026 com a aprovação do PL

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Tributação hoje



Tributação em 2026

MOTORISTA

Salário: R\$ 3.650,66
Paga IRPF mês: R\$ 81,44



MOTORISTA

Salário: R\$ 3.650,66
Pagará IRPF mês: zero
Economia no ano: R\$ 1.058,71

PROFESSORA

Salário: R\$ 4.867,77
Paga IRPF mês: R\$ 305,40



PROFESSORA

Salário: R\$ 4.867,77
Paga IRPF mês: zero
Economia no ano: R\$ 3.970,18

PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Rendimento mês: R\$ 5.450,00
Paga IRPF mês: R\$ 447,43



PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Rendimento mês: R\$ 5.450,00
Pagará IRPF mês: R\$ 180,56
Economia no ano: R\$ 3.202,50

ENFERMEIRA

Salário: R\$ 6.260,00
Paga IRPF mês: R\$ 670,18



ENFERMEIRA

Salário: R\$ 6.260,00
Pagará IRPF mês: R\$ 530,03
Economia no ano: R\$ 1.822,01

Como será em 2026 com a aprovação do PL

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



QUEM SERÁ BENEFICIADO:

+ 10 milhões de brasileiros serão beneficiados, além dos aproximadamente 10 milhões anteriormente beneficiados nesta gestão

- *Dos mais de 100 milhões de brasileiros que pagam imposto de renda, em torno de 90 milhões (90%) têm rendimento até R\$ 60.000/ano*
- *Dos declarantes do Imposto de Renda, mais de 26 milhões (65%) serão isentos*



MOTORISTA

Salário: R\$ 3.650,66
Pagará IRPF mês: zero
Economia no ano:
R\$ 1.058,71



PROFESSORA

Salário: R\$ 4.867,77
Paga IRPF mês: zero
Economia no ano:
R\$ 3.970,18



PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Rendimento mês: R\$ 5.450,00
Pagará IRPF mês: R\$ 180,56
Economia no ano: R\$ 3.202,50



ENFERMEIRA

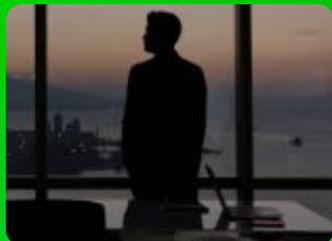
Salário: R\$ 6.260,00
Pagará IRPF mês: R\$ 530,03
Economia no ano:
R\$ 1.822,01

IRPF – Tributação da Alta renda

MINISTÉRIO DA FAZENDA



- A tributação mínima será de 10% somente para renda anual acima de R\$ 1,2 milhão
- Entre R\$ 600 mil e 1,2 milhão, o percentual será crescente (de zero a 10%)



Executivo

Renda anual:
R\$ 650 mil
Tributação mínima: 0,83%



Investidora

Renda anual:
R\$ 780 mil
Tributação mínima: 3%



Empresário

Renda anual:
R\$ 850 mil
Tributação mínima: 4,16%



Sócio

Renda anual:
R\$ 985 mil
Tributação mínima: 6,42%



Proprietária

Renda anual:
R\$ 1,25 milhão
Tributação mínima: 10%

Tributação hoje



Tributação em 2026

EXECUTIVO

Renda anual: R\$ 650 mil
Alíquota efetiva: 12,5%



EXECUTIVO

Tributação mínima: 0,83%
A pagar: zero

INVESTIDORA

Renda anual: R\$ 780 mil
Alíquota efetiva: 2,1%



INVESTIDORA

Tributação mínima: 3%
A pagar: 0,9%

EMPRESÁRIO

Renda anual: R\$ 850 mil
Alíquota efetiva: 6,2%



EMPRESÁRIO

Tributação mínima: 4,16%
A pagar: zero

SÓCIO

Renda anual: R\$ 985 mil
Alíquota efetiva: 2,7%



SÓCIO

Tributação mínima: 6,42%
A pagar: 3,72%

PROPRIETÁRIA

Renda anual: R\$ 1,25 milhão
Alíquota efetiva: 11,2%



PROPRIETÁRIA

Tributação mínima: 10%
A pagar: zero

EMPRESÁRIO

Renda anual: R\$ 2,5 milhão
Alíquota efetiva: 8,2%



EMPRESÁRIO

Tributação mínima: 10%
A pagar: 1,8%

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



QUEM SERÁ ABRANGIDO PELA TRIBUTAÇÃO MÍNIMA DA ALTA RENDA:

- Apenas 141 mil contribuintes (0,13% dos contribuintes do IRPF)
- Rendimento superior a R\$ 600 mil por ano, têm alíquota efetiva média de apenas 2,54%
- Passarão a ter alíquota efetiva média de apenas 9%
- Não é imposto novo, apenas patamar mínimo para o IRPF

Alíquota efetiva dos profissionais:
média aproximada – ano calendário 2022

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



**EXCLUÍDOS
DA RENDA
CONSIDERADA
PARA FIXAÇÃO DA
ALÍQUOTA MÍNIMA**

- Ganho de capital
- Herança ou doação em adiantamento da legítima
- Rendimentos recebido acumuladamente

**EXCLUÍDOS DA BASE DE CÁLCULO
DA TRIBUTAÇÃO MÍNIMA**

- Títulos e valores mobiliários isentos
- Poupança
- Aposentadoria e pensão de moléstia grave
- Indenizações



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

IRPF – Tributação da Alta renda

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



A RETENÇÃO NA FONTE (10%) INCIDE APENAS SOBRE DIVIDENDOS PAGOS A:

- *Pessoas físicas domiciliadas no Brasil, e somente quando superiores a R\$ 50 mil/mês*
- *Pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior, sobre qualquer valor*

Garantia de que a tributação efetiva da empresa + tributação mínima sobre o dividendo da pessoa física não será superior a:

- **34% nas empresas não financeiras**
- **45% nas empresas financeiras**

Se ultrapassar, haverá restituição/crédito no ajuste anual da PF

IRPF – Tributação da Alta renda

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



A tributação conjunta da empresa e da pessoa que recebe dividendo nunca ultrapassará 34%



Lucro: **R\$ 100 milhões**
IRPJ/CSLL: **R\$ 29 milhões**
Alíquota efetiva: **29%**



Dividendo recebido por pessoa de alta renda: **R\$ 1 milhão**
Alíquota mínima efetiva: **8%**



Alíquota efetiva total = 29% + 8% = **37%**
Redutor = 37% – 34% = **3%**

Nesse exemplo, a alíquota mínima sobre o dividendo será reduzida para 5%



IRPF – Impactos da Medida

| Ampliação da renda mensal isenta de fato | Beneficiados | Redução de receita* |
|--|---------------------|----------------------------|
| R\$ 3,036,00 (= 2 s.m.) – 2025 | + 10 milhões | R\$ 5 bi (ano) |
| R\$ 5,000,00 – 2026 | | R\$ 25,84 bi (2026) |



| Medida compensatória | Impactados | Ampliação de receita |
|--|--|----------------------|
| IR mínimo de 10% para alta renda | 141,4 mil pessoas | R\$ 25,22 bi |
| IR 10% na remessa de dividendos ao exterior | Apenas domiciliados no exterior | R\$ 8,9 bi |

* Ambos em comparação com os valores calculados pela legislação atual

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

IRPF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROJETO DE LEI

Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

alterações:
Art. 1º A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 3º-A A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal do imposto sobre a renda das pessoas físicas, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do imposto mensal

| Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste mensal | Redução do imposto sobre a renda |
|---|---|
| Até R\$ 5.000,00 | Até 312,89 (de modo que o imposto devido seja zero) |
| De R\$ 5.000,01 até R\$ 7.000,00 | 1.095,11 - (0,156445 x rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal) (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 7.000,00) |

§ 1º O valor da redução a que se refere o *caput* fica limitado ao valor do imposto determinado de acordo com a tabela progressiva mensal e com o disposto no art. 4º.

§ 2º Os contribuintes que tiverem rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal superior a R\$ 7.000,00 (sete mil reais) não terão redução no imposto devido.

§ 3º Fica designada a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda como órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício tributário de que trata o *caput* quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.

§ 4º A redução do imposto a que se refere este artigo também será aplicada no cálculo do imposto cobrado exclusivamente na fonte no pagamento do décimo terceiro salário a que se refere o art. 7º, *caput*, inciso III, da Constituição.” (NR)

“CAPÍTULO II-A
DA TRIBUTAÇÃO MENSAL DE ALTAS RENDAS

Art. 6º-A A partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, o pagamento, o creditamento, o emprego ou a entrega de lucros e dividendos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil em montante superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em um mesmo mês fica sujeito à retenção na fonte do imposto sobre a renda das pessoas físicas mínimo – IRPFM à alíquota de 10% (dez por cento) sobre o total do valor pago, creditado ou entregue.

§ 1º São vedadas quaisquer deduções da base de cálculo.

§ 2º Caso haja mais de um pagamento, crédito ou entrega de lucros e dividendos no mesmo mês, realizado por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil, o valor retido na fonte referente ao IRPFM deve ser recalculado de modo a considerar o total dos valores pagos, creditados, empregados ou entregues no mês.” (NR)

“Art. 10.

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2015 até o ano-calendário de 2025; e

X - R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) a partir do ano-calendário de 2026.

.....” (NR)

“Art. 11-A. A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, será concedida redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas anual – IRPF anual, apurado sobre os rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela de redução do ajuste anual

| Rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual | Redução do imposto sobre a renda |
|--|---|
| Até R\$ 60.000,00 | Até R\$ 2.694,15 (de modo que o imposto devido seja zero) |
| De R\$ 60.000,01 até R\$ 84.000,00 | 9.429,52 - (0,1122562 x rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual) (de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 84.000,00) |

§ 1º O valor da redução a que se refere o *caput* fica limitado ao valor do imposto sobre a renda anual calculado de acordo com a tabela progressiva anual vigente no ano-calendário.

§ 2º Os contribuintes que tiverem rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual superiores R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) não terão redução no imposto devido.” (NR)

“Art. 12. Do imposto apurado conforme a tabela progressiva anual poderão ser deduzidos:

.....” (NR)

“Art. 13. A soma dos montantes determinados na forma prevista nos art. 12 e art. 16-A constituirá, na declaração de ajuste anual, se positiva, saldo do imposto a pagar e, se negativa, valor a ser restituído.

.....” (NR)

“CAPÍTULO III-A DA TRIBUTAÇÃO ANUAL DE ALTAS RENDAS

Art. 16-A. A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, a pessoa física cuja soma de todos os rendimentos recebidos no ano-calendário seja superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) fica sujeita ao IRPFM, nos termos do disposto neste artigo.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, serão considerados todos os rendimentos recebidos no ano-calendário, inclusive os tributados de forma exclusiva ou definitiva e os isentos ou sujeitos à alíquota zero ou reduzida, deduzindo-se, exclusivamente:

I - os ganhos de capital, exceto os decorrentes de operações realizadas em bolsa ou no mercado de balcão organizado sujeitas à tributação com base no ganho líquido no Brasil;

II - os rendimentos recebidos acumuladamente tributados exclusivamente na fonte, de que trata o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, desde que o contribuinte não tenha optado pelo ajuste anual de que trata o § 5º do referido artigo; e

III - os valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou herança.

§ 2º A alíquota do IRPFM será fixada com base nos rendimentos apurados nos termos do disposto no § 1º, observado o seguinte:

I - para rendimentos iguais ou superiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a alíquota será de 10% (dez por cento); e

II - para rendimentos superiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e inferiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a alíquota crescerá linearmente de zero a 10% (dez por cento), conforme a seguinte fórmula:

Alíquota % = (REND/60000) - 10, em que:

REND = rendimentos apurados na forma prevista no § 1º.

§ 3º A base de cálculo do IRPFM corresponderá ao valor apurado nos termos do disposto no § 1º, deduzindo-se, exclusivamente:

I - os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança;

II - os valores recebidos a título de indenização por acidente de trabalho, por danos materiais ou morais, ressalvados os lucros cessantes;

III - os rendimentos isentos de que trata o art. 6º, *caput*, incisos XIV e XXI, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e

IV - os rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos ou sujeitos à alíquota zero do imposto sobre a renda, exceto os rendimentos de ações e demais participações societárias.

§ 4º O valor devido do IRPFM será apurado a partir da multiplicação da alíquota pela base de cálculo, com a dedução:

I - do montante do imposto sobre a renda das pessoas físicas devido na declaração de ajuste anual, calculado nos termos do disposto no art. 12;

II - do imposto sobre a renda das pessoas físicas retido exclusivamente na fonte incidente sobre os rendimentos incluídos na base de cálculo do IRPFM;

III - do imposto sobre a renda das pessoas físicas apurado com fundamento nos art. 1º a art. 13 da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro 2023;

IV - do imposto sobre a renda pago definitivamente referente aos rendimentos computados na base de cálculo do IRPFM e não considerado nos incisos I a III deste parágrafo; e

V - do redutor apurado nos termos do disposto no art. 16-B.

§ 5º Caso o valor apurado nos termos do disposto no § 4º seja negativo, o valor devido do IRPFM será zero.

§ 6º Do valor apurado na forma prevista nos § 4º e § 5º será deduzido o montante do IRPFM antecipado nos termos do disposto no art. 6º-A.

§ 7º O resultado obtido nos termos do disposto no § 6º será adicionado ao saldo do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a pagar ou a restituir, apurado na declaração de ajuste anual, nos termos do disposto no art. 12.” (NR)

“Art. 16-B. Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica com a alíquota efetiva do IRPFM aplicável à pessoa física beneficiária ultrapassa a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, o Poder Executivo federal concederá redutor do IRPFM calculado sobre os referidos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues por cada pessoa jurídica à pessoa física sujeita ao pagamento do IRPFM de que trata o art. 16-A, na forma de regulamento.

§ 1º A soma das alíquotas nominais a serem consideradas para fins do limite previsto no *caput* correspondem a:

I - 34% (trinta e quatro por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas não alcançadas pelo disposto nos incisos II e III deste parágrafo;

II - 40% (quarenta por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e por aquelas referidas no art. 1º, § 1º, incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III - 45% (quarenta e cinco por cento), no caso de pagamento de lucros ou dividendos pelas pessoas jurídicas referidas no art. 1º, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

§ 2º O valor do redutor de que trata este artigo corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues à pessoa física pela pessoa jurídica pela diferença entre:

I - a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica com a alíquota efetiva do IRPFM aplicável à pessoa física beneficiária; e

II - o percentual previsto nos incisos I, II e III do § 1º.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, considera-se:

I - alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica - a razão observada, no exercício a que se referem os lucros e dividendos distribuídos, entre:

a) o valor devido do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica; e

b) o lucro contábil da pessoa jurídica;

II - alíquota efetiva do IRPFM - a razão entre:

a) o acréscimo do valor devido do IRPFM, antes da redução de que trata este artigo, resultante da inclusão dos lucros e dividendos na base de cálculo do IRPFM; e

b) o montante dos lucros e dividendos recebidos pela pessoa física no ano-calendário; e

III - lucro contábil da pessoa jurídica - o resultado do exercício antes dos tributos sobre a renda e das respectivas provisões.

§ 4º A concessão do redutor de que trata este artigo fica condicionada à apresentação de demonstrações financeiras da pessoa jurídica, elaboradas de acordo com a legislação societária e com as normas contábeis em vigor, na forma de regulamento.

§ 5º O cálculo da alíquota efetiva e do imposto devido pela pessoa jurídica poderá ser realizado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fonte pagadora, na forma do regulamento.

§ 6º As empresas não sujeitas ao regime de tributação pelo lucro real poderão optar por cálculo simplificado do lucro contábil, o qual corresponderá ao valor do faturamento com a dedução das seguintes despesas:

I - folha de salários, remuneração de administradores e gerentes, e respectivos encargos legais;

II - preço de aquisição das mercadorias destinadas à venda, no caso de atividade comercial;

III - matéria-prima agregada ao produto industrializado e material de embalagem, no caso de atividade industrial;

IV - aluguéis de imóveis necessários à operação da empresa, desde que tenha havido retenção e recolhimento de imposto sobre a renda pela fonte pagadora quando a legislação o exigir;

V - juros sobre financiamentos necessários à operação da empresa, desde que concedidos por instituição financeira ou outra entidade autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; e

VI - depreciação de equipamentos necessários à operação da empresa, no caso de atividade industrial, observada a regulamentação sobre depreciação a que se sujeitam as pessoas jurídicas submetidas ao regime do lucro real.

§ 7º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá fornecer os dados a que se refere este artigo e calcular o valor do redutor na declaração pré-preenchida do imposto sobre a renda da pessoa física, a partir das informações prestadas pelas pessoas jurídicas pagadoras dos lucros e dividendos. (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes

alterações:

“Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto sobre a renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País, observado o disposto no art. 6º-A e no art. 16-A da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

.....

§ 4º Os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 10% (dez por cento).” (NR)

“Art. 10-A. Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica domiciliada no Brasil distribuidora dos lucros e dividendos com a alíquota prevista no art. 10, § 4º, ultrapassa a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, o Poder Executivo federal concederá ao beneficiário residente ou domiciliado no exterior crédito calculado sobre o montante de lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, que tenham sido tributados com fundamento no art. 10, § 4º, na forma de regulamento.

§ 1º O valor do crédito de que trata este artigo corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela pessoa jurídica, pela diferença entre:

I - a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica, apurada nos termos do disposto no art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, acrescida de dez pontos percentuais; e

II - o percentual previsto no art. 16-B, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

§ 2º O residente ou o domiciliado no exterior poderá pleitear, em até trezentos e sessenta dias, contados do encerramento de cada exercício, o crédito de que trata este artigo.” (NR)

Art. 3º Fica revogado o art. 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Brasília,